



UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

SÚMULA DO PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE DIREITO

UNIDADE CAMPUS - CIANORTE 2008

1. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade Paranaense – UNIPAR foi criado em 30 de abril de 1980 e reconhecido pela Portaria nº 372 de 02 de setembro de 1983, publicada no D.O.U. DE 05/09/1983.

A Portaria Ministerial – Mec nº 1.580/93, publicada no D.O.U. de 10/11/1993 reconheceu a “Universidade Paranaense – UNIPAR”, com criação e instalação de novos cursos.

No Campus Cianorte, o Curso de Direito foi reconhecido pela Portaria MEC nº 372 de 02/09/1983, publicado no D.O.U. de 05/09/1983 e autorizado, o Campus, pelo art. 1º da Resolução UNIPAR nº 12/96 publicada em 25/06/1996, que criou o CEUC – Centro de Ensino Universitário de Cianorte - Unidade Descentralizada de Ensino Superior da Universidade Paranaense UNIPAR, tendo como data de início o dia 24/02/1997.

O Curso de Direito faz parte da Área de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Paranaense – UNIPAR, proporcionando aos seus alunos a graduação de bacharelado.

O limite máximo para a composição das turmas é estabelecido em Edital para o Processo Seletivo, feito para cada vestibular.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

2. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	Direito
--------------	----------------

NÚMERO DE VAGAS: 80		TURNOS: Noturno
CARGA HORÁRIA: 4.600 h/a		
MODALIDADE	<input checked="" type="checkbox"/>	BACHARELADO
	<input type="checkbox"/>	LICENCIATURA
	<input type="checkbox"/>	TECNÓLOGO
INTEGRALIZAÇÃO	Tempo máximo: 08 (oito) anos	
	Tempo mínimo: 05 (cinco) anos	
CAMPUS		
ENDEREÇO	AV. BRASIL, 1123 – ZONA I – CENTRO CIANORTE – PARANÁ – CEP: 87.200-000	
ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	1997	

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados para o exercício das atividades pertinentes à área jurídica, observados os princípios éticos que regem a vida humana e a prática profissional, sendo capaz de exercer liderança positiva no meio social e de tornar-se agente de mudanças, contribuindo na esfera de sua competência para o aperfeiçoamento das instituições sociais, políticas e culturais de sua comunidade, região e do país, como verdadeiros partícipes históricos na construção efetiva da cidadania.

3.2. Objetivos Específicos

- a) Formar Bacharéis capacitados a exercer funções concernentes à área jurídica;
- b) Proporcionar aos acadêmicos, estudos complementares que visem a atualização, ao aperfeiçoamento e a especialização, através de cursos, simpósios, ciclos de conferências e palestras;
- c) Fornecer capacitação prática às funções a serem exercidas, através de estágios simulados e real através do Laboratório de Prática Jurídica e Escritório de Assistência Judiciária Gratuita;
- d) Despertar o interesse dos acadêmicos para o estudo e a pesquisa de forma que possam transferi-lo para a sua prática na vida profissional e transformá-los em criadores de novas idéias.

4. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO EGRESSO

De acordo com as mudanças que acompanham a reforma do ensino jurídico no Brasil, o Projeto Pedagógico do Curso contém o perfil do profissional a ser formado pela instituição combinando uma sólida competência técnica e teórica com o compromisso de contribuir para o exercício da cidadania em todos os segmentos da sociedade. Nesta perspectiva, o Curso de Direito da UNIPAR oferece aos acadêmicos a oportunidade de desenvolver habilidades operatórias de comunicação interpessoal e expressão¹, raciocínio lógico, crítico e analítico², capacidade de mostrar compreensão³, criatividade⁴, flexibilidade e adaptabilidade⁵, decisão⁶, seleção⁷, crítica⁸ e síntese⁹ que os tornem capazes de analisar e articular conceitos e argumentos, interpretar e valorizar situações jurídico-sociais, firmado em uma postura reflexiva e ética*.

Considerando a oferta de ensino promovida pelo Curso de Direito da UNIPAR, desenvolver no acadêmico características que o acompanhe em sua vida profissional, que seja capaz de conjugar o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo o equilíbrio das áreas em sua vida prática jurídica com procedimentos que possam ser transformadores, atento aos desafios que o exercício de sua atividade exigem. Esse profissional deve estar atualizado e seu conhecimento em contínuo processo de construção.

O Bacharel formado pela UNIPAR estará preparado para enfrentar os desafios que se colocam nos umbrais do novo século, conforme sua aptidão, escolha e vocação. Em outras palavras, pronto para exercer a sua cidadania com competência, uma vez que a sua habilitação decorre de critérios qualitativos imprescindíveis para garantir o seu bacharelado, que o transformam num profissional qualificado, crítico e pesquisador.

Para alcançar este perfil, o Curso de Direito da UNIPAR propicia a seus acadêmicos, através de procedimentos didático-pedagógicos, o desenvolvimento de diversas atividades acadêmicas, tais como:

¹ Para argumentação e aplicação do Direito; para persuasão, fluência verbal e riqueza de vocabulário*.

² Para persuasão e desenvolvimento da reflexão crítica*.

³ Para aplicação na capacidade de pesquisa e na dogmática da jurisprudência*.

⁴ Para produção e aplicação criativa do Direito*.

⁵ Para julgamento e tomada de decisões*.

⁶ Para persuasão e julgamento coerente*.

⁷ Para julgamento e tomada de decisões*.

⁸ Para produção e aplicação criativa do Direito*.

⁹ Para argumentação e solidificação de decisões com base na jurisprudência e doutrina*.

* ANTUNES, Celso. **Trabalhando habilidades: construindo idéias**. São Paulo : Scipione, 2001.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

- a) leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- b) interpretação, integração e aplicação do Direito;
- c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- d) correta utilização da linguagem, com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- e) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito e de seus avanços;
- f) valorização da pesquisa como forma de oferecer subsídios para o conhecimento jurídico e interpretar o impacto de acontecimentos extra-jurídicos no mundo jurídico;
- g) capacidade de trabalhar em grupo, valorizar a cooperação, conviver com a divisão de trabalho, a negociação e a partilha de conquistas;
- h) correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito.



5. ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O profissional a ser formado pelo Curso de Direito da Unipar, estará preparado para as diversas atividades jurídicas, públicas e privadas.

O bacharel em Direito, ao término do curso terá a habilitação suficiente para o exercício de uma das muitas profissões jurídicas, tais como Advocacia (em empresas e órgãos do governo ou particularmente), dando assessoria e consultoria jurídica, ou entrar para uma das carreiras jurídicas (delegado de polícia, juiz de direito, promotor público ou procurador). Pode ainda, seguir carreira acadêmica, vindo a ser professor e pesquisador em institutos de ensino e pesquisa.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1. Currículo Pleno

MATRIZ CURRICULAR

Unidade: CIANORTE

Curso: **030 - DIREITO**

Graduação: BACHARELADO EM DIREITO

Regime: SERIADO ANUAL - NOTURNO

Duração: 5 (CINCO) ANOS LETIVOS

Integralização: A) TEMPO TOTAL - MÍNIMO = 05 (CINCO) ANOS LETIVOS
- MÁXIMO = 08 (OITO) ANOS LETIVOS

B) TEMPO ÚTIL (Carga Horária) = **4.600 H/AULA**

CURRÍCULO PLENO/2008 (1)

1.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ-REQUIS
99-8170-02	CIÊNCIA POLÍTICA	80	0	080	
99-8171-04	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	160	0	160	
99-8407-02	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	80	0	080	
99-8408-02	ÉTICA E FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	80	0	080	
99-8409-02	PSICOLOGIA FORENSE E PESQUISA JURÍDICA	80	0	080	
99-8410-02	LINGUAGEM JURÍDICA	80	0	080	
99-8681-04	DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)	160	0	160	
99-8839-02	ECONOMIA	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

2.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ-REQUIS
99-8159-04	DIREITO DO TRABALHO	160	0	160	
99-8166-04	DIREITO PENAL I	160	0	160	
99-8167-04	DIREITO CONSTITUCIONAL	160	0	160	
99-8169-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	80	0	080	
99-8413-02	TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	80	0	080	
99-8414-04	DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)	160	0	160	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

3.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8139-04	DIREITO ADMINISTRATIVO	160	0	160	
99-8148-02	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	0	80	
99-8158-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	160	0	160	
99-8160-04	DIREITO PENAL II	160	0	160	
99-8416-04	DIREITO CIVIL III (DOS CONTRATOS)	160	0	160	
99-8767-02	DIREITO EMPRESARIAL I	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

Aprovada pela CID em atendimento a Resolução CONSEPE 17/2007 de 12/09/2007

4.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8149-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	160	0	160	
99-8150-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	160	0	160	
99-8151-02	DIREITO PENAL III	80	0	080	
99-8163-02	DIREITO CIVIL IV (DAS COISAS)	80	0	080	
99-8768-02	DIREITO EMPRESARIAL II	80	0	080	
99-8773-04	DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	160	0	160	
99-8155-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL I	0	80	080	
99-8156-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO DO TRABALHO	0	80	080	
99-8419-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA I	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	720	240	960	

5.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8142-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	160	0	160	
99-8143-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	80	0	080	
99-8411-02	DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	80	0	080	
99-8420-02	DIREITO TRIBUTÁRIO	80	0	080	
99-8421-04	DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS	160	0	160	
99-8774-02	DIREITO CIVIL VI (RESPONSABILIDADE CIVIL)	80	0	080	
99-8145-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO PENAL	0	80	080	
99-8146-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL II	0	80	080	
99-8422-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	640	240	880	

RESUMO

CONTEÚDOS CURRICULARES		3.760 H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	(*)	480 H/A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	(*)	200 H/A
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	(*)	160 H/A
CARGA HORÁRIA TOTAL		4.600 H/A

OBSERVAÇÕES:

- (*) As cargas horárias destinadas ao Estágio Supervisionado, às Atividades Complementares e ao Trabalho de Conclusão de Curso serão cumpridas fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

7. DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE FORMAÇÃO

ÁREA DE FORMAÇÃO	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE	5.ª SÉRIE
Eixo de Formação Fundamental	*Linguagem Jurídica *Economia *Psicologia Forense e Pesquisa Jurídica *Ciência Política				
Eixo de Formação Profissional	*Introdução ao Estudo do Direito * Ética e Filosofia Geral e do Direito *Sociologia Geral e do Jurídica *Direito Civil I (Parte Geral)	*Teoria dos Direitos Fundamentais *Direito Constitucional *Direito Civil II (Das Obrigações) *Direito Processual Civil I *Direito Penal I *Direito do Trabalho	*Direito Processual Civil II *Direito Processual do Trabalho *Direito Penal II *Direito Empresarial I *Direito Civil III (Dos Contratos) *Direito Administrativo	*Direito Processual Penal I *Direito Processual Civil III *Direito Penal III *Direito Civil IV (Das Coisas) *Direito Civil V (Família e Sucessões) *Direito Empresarial II	*Direito Processual Penal II *Direito Processual Civil IV *Direito Difusos e Coletivos *Direito Civil VI (Responsabilidade Civil) *Direito das Relações Internacionais *Direito Tributário
Eixo de Formação Prática				*Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil I *Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo do Trabalho I *Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica I	*Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil II *Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Penal *Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica
N.º de Disciplinas	08	07	06	09	09
Carga Horária da Série	800	800	800	960	880
Atividades Complementares	40	40	40	40	40
Carga Horária Total	840	840	840	1000	920

8. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1.ª SÉRIE

Disciplina: Ciência Política	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Positivo, em especial do Direito Constitucional no contexto geral do Direito.• Compreender a atuação do Estado, sua gênese, as formas de governo, o poder Político e sua precedência cronológica sobre o Poder Jurídico.• Perceber a figura do Estado como instituição universal, sob os mais variados pontos de vista, organização e ideologias, desde o Estado na Antigüidade até nossos dias.• Analisar os aspectos históricos e filosóficos da Ciência Política e de seus institutos.	
Ementa:	
A existência da ciência política. Os fenômenos políticos. As Ciências Políticas. Filosofia Política. Divisão Geral do Direito. Nação e Estado. Soberania. Nascimento e Extinção dos Estados. Origem dos Estados. Justificação do Estado. Formas de Estado. O Estado Federal. Formas de Governo. Poder Constituinte. O Preâmbulo das Constituições. Supremacia das Constituições. Divisão do Poder. Direitos Fundamentais do Homem. Princípios e Sistemas Eleitorais. Sistema Representativo Parlamentarista. Presidencialismo.	
Bibliografia Básica	
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.	
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado . 22 ed. São Paulo: Saraiva 2001.	
SAHID, Maluf. Teoria Geral do Estado . 25 ed. São Paulo: Saraiva 1999.	

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os conceitos jurídicos fundamentais entendendo-os como ciência regulamentadora do comportamento humano em sociedade.• Identificar a evolução histórica do Direito, seus princípios e valores norteadores.• Interpretar as normas jurídicas através de diferentes técnicas com vistas à aplicação e integração do Direito.• Compreender o processo de elaboração das normas jurídicas, suas formas e sua validade no contexto jurídico-social-ético.• Analisar o Direito criticamente, a fim de perceber as suas especificidades e sua classificação em disciplinas dogmáticas a serem estudadas no decorrer do curso.	
Ementa:	
Estudo geral da ciência do Direito, observando-se as suas fontes, conceitos fundamentais, princípios e ramificações, considerando-se também a norma jurídica, sua validade, interpretação, aplicação e integração face o ordenamento jurídico, através de uma postura crítico-reflexiva.	
Bibliografia Básica	
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito . 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.	
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito . 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.	
COELHO, Luiz Fernando. Aulas de introdução ao direito . São Paulo: Manole, 2004.	
REALE, Miguel. Lições preliminares de direito . 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	

Disciplina: Economia	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a relação entre economia e política, explicando como estas duas ciências pensaram as determinações básicas da sociabilidade no mundo moderno.• Definir e demonstrar a importância das variáveis econômicas com seus inter-relacionamentos.• Compreender o funcionamento do sistema econômico, seus componentes e elementos, numa visão de conjunto, provendo-o de ferramentas básicas para a continuidade do estudo.• Compreender e solucionar problemas econômicos, que envolvem fenômenos internos e externos de ordem conjuntural e estrutural do sistema econômico.• Analisar criticamente o sistema econômico.	
Ementa:	
O surgimento da economia, seu percurso histórico e seu desenvolvimento como ciência social. As linhas de pensamento das principais escolas econômicas. Análise microeconômica e o funcionamento do mercado pela ótica do produtor e do consumidor. Análise dos principais objetivos de política econômica, e instrumentos utilizados pelo governo para atingir as metas propostas.	
Bibliografia Básica	
MONTORO, A. F. et. al. Manual de economia . São Paulo: Saraiva, 2003. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003. VASCONCELLOS, M. A S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia . São Paulo: Saraiva, 2005.	

Disciplina: Ética e Filosofia Geral e do Direito	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Analisar e interpretar textos filosóficos, bem como os principais fundamentos filosóficos da moral e da ética ocidental;• Investigar a aplicação ética nas práticas político-social e jurídica;• Reconhecer a importância da Filosofia do Direito como instrumento para a compreensão da origem dos institutos jurídicos;• Desenvolver uma percepção histórica do fenômeno jurídico;• Reconhecer noções acerca da deontologia jurídica e sua aplicação legal aos advogados, juízes e promotores de justiça.	
Ementa:	
A gênese do filosofar como reflexão crítica de todo e qualquer fenômeno; correntes filosóficas consideradas historicamente essenciais no desenvolvimento do pensamento filosófico; aspectos que servem como fundamento das práticas jurídicas e crítica do fenômeno jurídico; princípios que regem as práticas jurídicas; reflexão ética e vivência dos princípios éticos que devem reger todo e qualquer operador do direito em busca do justo.	
Bibliografia Básica	
BARROS, Wellington Pacheco. A interpretação sociológica do Direito . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.	
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica . São Paulo: Saraiva, 2002.	
BITTAR, Eduardo C.B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.	
REALE, Miguel. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2002.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC, n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Civil I (Parte Geral)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Analisar os princípios e fundamentos do direito civil.• Conhecer as categorias jurídicas necessárias a estruturação dos negócios jurídicos e dos atos ilícitos.• Identificar os planos do negócio jurídico e apresentar solução legal aos seus vícios.• Identificar a responsabilidade civil extranegocial, apontando as soluções jurídicas.• Analisar os efeitos do tempo sobre o não exercício dos direitos• Conhecer os meios de prova admitidos em direito.	
Ementa:	
Introdução ao Direito Civil, com noções gerais, objeto e finalidade da teoria geral do direito civil. Teoria da Personalidade, perpassando a pessoa natural e a pessoa jurídica. Estabelecimento das diversas categorias dos bens e sua classificação. Teoria do Negócio Jurídico e do Ato ilícito. Prescrição e Provas.	
Bibliografia Básica	
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Parte Geral . São Paulo: Saraiva, 2007.	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral . São Paulo: Saraiva, 2007.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Linguagem Jurídica	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver capacidade de ler e interpretar criticamente textos diversos e especificamente os textos pertencentes ao contexto jurídico;• Desenvolver a capacidade de produzir textos da comunicação jurídica;• Reconhecer os tipos de leitura e assimilar textos específicos;• Aperfeiçoar a linguagem oral e escrita;• Utilizar recursos e as diferentes linguagens nos diversos textos exigidos no meio acadêmico.	
Ementa:	
O código lingüístico da língua portuguesa aplicado ao contexto jurídico. A comunicação jurídica.	
Bibliografia Básica	
DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES A. <i>Curso de português jurídico</i> . 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.	
CEGALLA, Domingos Paschoal. <i>Novíssima gramática da língua portuguesa</i> . 43ª.ed. São Paulo: Editora Nacional, 2000. 469.5, C389n.	

Disciplina: Psicologia Forense e Pesquisa Jurídica	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Observar, selecionar, organizar, interpretar e criticar fatos e conhecimentos sobre a realidade;• Reconhecer e utilizar adequadamente métodos e técnicas científicas; e• Elaborar trabalhos acadêmicos e artigos científicos.• Definir psicologia forense enquanto ciência utilizada como instrumento para área do direito;• Descrever as principais atuações do profissional da área de psicologia forense;• Conhecer as teorias sobre personalidade, comportamentos desviantes e delituosos.• Conceituar psicopatologia através de descrição de suas subdivisões e áreas de interesse bem como a reinsersão do indivíduo apenado à sociedade;	
Ementa:	
<p>Análise de textos, os diferentes tipos de pesquisa, métodos científicos e técnicas de pesquisa, como construir uma pesquisa bibliográfica e como inseri-la nos trabalhos científicos.</p> <p>O desenvolvimento da personalidade e do comportamento humano, normal e patológico, dirigido ao contexto jurídico; seus acontecimentos, determinações e leis por meio de teorias e técnicas psicológicas adaptadas a esta necessidade e utilizadas pelos profissionais da área de psicologia.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>GONÇALVES, Ortência de Abreu. Manual de artigos científicos. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica para o curso de direito. São Paulo : Atlas. 2000.</p> <p>MIRA Y LOPES, E. Manual de psicologia jurídica. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.</p> <p>NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual de monografia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1997.</p>	

Disciplina: Sociologia Geral e Jurídica	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Analisar os fundamentos epistemológicos das teorias sociológicas e o seu vínculo com a elucidação do fenômeno cultural.• Investigar a dimensão teórica da problemática dos métodos e do objetivo da Sociologia como ciência.• Desenvolver a reflexão crítica do Direito e do sistema jurídico brasileiro, a fim de subsidiar a formação intelectual e profissional.• Situar historicamente as condições teóricas e políticas do surgimento e consolidação da Sociologia Jurídica no Brasil.• Identificar a função social do operador do Direito, bem como a sua responsabilidade para democratizar o acesso à justiça.	
Ementa:	
<p>O surgimento da Sociologia, o seu percurso histórico, desenvolvimento, sua contribuição para com a reflexão e compreensão do coletivo; as três principais correntes (positivismo, marxismo e idealismo). Abordagem da Sociologia Jurídica equacionando dilemas e conflitos do judiciário; processos e estruturas que contribuem ou obstaculizam o funcionamento harmônico de subsistemas sociais como o Direito e a Justiça.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>SCURO NETO, Pedro. Sociologia geral e jurídica: manual dos cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>	

2.ª SÉRIE

Disciplina: Direito Penal I	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Penal dentro do ordenamento jurídico do país, bem como seu alcance como forma de controle social.• Compreender a evolução histórica do Direito Penal e familiarizar-se com as novas tendências político-criminais.• Conceituar e aplicar os principais institutos de Direito Penal.• Desenvolver a capacidade de observação, discernimento, reflexão, análise e crítica dos fatos sociais à luz do Direito Penal.• Entender a parte geral do Código Penal para viabilizar sua efetiva utilização quando do manuseio da Parte Especial.• Conhecer o mecanismo da aplicação das penas e seus objetivos, identificando as formas de extinção do direito de punir do Estado.	
Ementa:	
A compreensão do direito penal, o estudo do conceito e elementos do crime, e da pena como consequência do crime e sua forma de aplicação pelo Estado.	
Bibliografia Básica	
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal . Parte geral. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.	
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal . Parte geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
PRADO, Luiz Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro . Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.	
ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro . Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito do Trabalho	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Identificar o contrato de trabalho e suas espécies e duração, bem como, os direitos trabalhistas oriundos da relação de emprego.• Analisar as diversas formas de remuneração e composição e a sua importância no cotidiano do trabalhador para viver com dignidade.• Analisar os fundamentos da criação do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como, examinar a lei base criadora do instituto.• Identificar a existência de dano moral trabalhista, nas diversas situações cabíveis nas relações de emprego.• Reconhecer a importância da negociação coletiva atualmente, como meta para a harmonização das relações empregatícias.	
Ementa:	
A relação empregatícia e suas conseqüências existentes entre empregado e empregador, observando-se as particularidades nos contratos individuais e coletivos. Direito e obrigações dos contratantes.	
Bibliografia Básica	
MARTINS, Sergio Pinto. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2006.	
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2005.	
SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho . 2. vol. São Paulo: LTR. 2006.	
DELGADO, MAURICIO GODINHO. Curso de direito do trabalho . 5ª ed. São Paulo: LTr, 2006.	

Disciplina: Direito Processual Civil I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a aplicação do processo nos conflitos individuais e sociais;• Diferenciar o Direito material do Direito Processual;• Reconhecer as fontes do Direito Processual Civil;• Reconhecer os meios de interpretação da norma processual e saber aplicá-los;• Identificar e aplicar os princípios processuais, constitucionais e infraconstitucionais relativos à teoria geral do processo;• Diferenciar a tutela jurídica da tutela jurisdicional;• Identificar o significado, abrangência e aplicação de jurisdição;• Identificar os elementos e as condições da ação e suas conseqüências;• Identificar os critérios para a fixação da competência e sua modificação;• Diferenciar a capacidade civil da capacidade processual;• Compreender os critérios éticos de atuação das partes;• Reconhecer as prerrogativas profissionais e os critérios éticos de atuação do advogado;• Identificar as hipóteses de pluralidade de partes e suas conseqüências processuais;• Compreender e diferenciar as hipóteses de intervenção de terceiros, bem como suas conseqüências processuais e materiais;• Reconhecer os atos processuais praticados pelos sujeitos do processo e os critérios de sua validade;• Identificar os meios de comunicação dos atos processuais;• Manipular e pesquisar informações em índices do CPC.	
Ementa:	
Processo e contexto social. Direito material e direito processual. Princípios do processo civil. Tutela jurídica e tutela jurisdicional. Jurisdição e sua classificação. Ação: conceito, elementos e condições. Competência: critérios determinativos. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Bibliografia Básica

Arruda Alvim, José M. Manual de Direito Processual Civil. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, vols. 1 e 2, 2001.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1996. v. 1, 2 e 3.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil : teoria geral do processo e processo de conhecimento Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Constitucional	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os aspectos interdisciplinares do fenômeno jurídico e das transformações sociais.• Desenvolver habilidades operatórias de comunicação inter-pessoal e expressão, raciocínio lógico, crítico e analítico.• Desenvolver habilidades de compreensão, criatividade, flexibilidade, adaptabilidade, decisão, seleção, crítica e síntese a fim de serem analisados e articulados conceitos e argumentos, bem como serem realizadas interpretações e valorizações de situações constitucionais - sociais, firmado em uma postura reflexiva e ética.• Ampliar a capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, na área do Direito Constitucional.	
Ementa:	
O Direito Constitucional nos seus aspectos geral e positivo. A teoria do Direito Constitucional e as diversas formas de classificação das constituições, a interpretação e integração das normas constitucionais, e sua aplicação. Direito Constitucional positivo, a identificação dos princípios e objetivos do Brasil, a nacionalidade e cidadania. A repartição das competências na federação brasileira e a organização dos poderes.	
Bibliografia Básica	
MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2004.	
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . São Paulo: Malheiros, 2004.	
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: Saraiva: 2004.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Civil II (Das Obrigações)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Analisar e aplicar os princípios gerais do direito civil, especialmente os de índole constitucional.• Identificar o sentido e conteúdo das diversas modalidades das obrigações e os seus efeitos jurídicos, inclusive no respeitante à sua transmissibilidade.• Conhecer os diversos meios de solver as obrigações, analisar e estabelecer suas conseqüências jurídicas.• Estabelecer as conseqüências jurídicas do incumprimento obrigacional.	
Ementa:	
Elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes à Teoria Geral das Obrigações, seus efeitos e transmissibilidade, Teoria do Pagamento e Teoria do Inadimplemento, a relação jurídica obrigacional desde a sua gênese até o a sua extinção, incluindo os efeitos do incumprimento.	
Bibliografia Básica	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol. II. São Paulo: Saraiva.	
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teogria Geral dos Contratos, vol. II. São Paulo: Atlas.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Teoria dos Direitos Fundamentais	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer o(s) fundamento(s) dos direitos humanos e sua importância para a efetivação dos mesmos.• Compreender a dimensão histórica dos direitos fundamentais, seu surgimento e desenvolvimento.• Desenvolver uma reflexão crítica dos direitos fundamentais e das ações constitucionais que os asseguram, a fim de subsidiar a formação intelectual, profissional e cidadã.	
Ementa:	
A evolução dos direitos fundamentais; sua progressiva positivação e “Dimensões”; as restrições e colisões dos direitos fundamentais. Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal Brasileira, e as Ações Constitucionais que os garantem.	
Bibliografia Básica	
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2004.	
MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais . 6 ed. Atlas, 2005.	

3.ª SÉRIE

Disciplina: Direito Processual Civil II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer as regras de formação e evolução do processo de conhecimento, sua suspensão e extinção;• Conhecer os procedimentos ordinário e sumário, bem como todas as particularidades que os envolvem, desde a citação inicial até a formação da coisa julgada;• Identificar as características da fase probatória das provas;• Demonstrar conhecimento sobre audiência, sentença e coisa julgada;• Discriminar as características dos processos nos tribunais.	
Ementa:	
Processo e Procedimento ordinário e sumário: Fase postulatória. Juízo de admissibilidade. Julgamento conforme o estado do processo. Fase probatória. Das provas. Audiência. Sentença. Coisa julgada. Dos processos nos Tribunais. Uniformização da jurisprudência. Declaração de Inconstitucionalidade. Homologação de sentença estrangeira. Ação Rescisória. Recursos.	
Bibliografia Básica	
ARRUDA ALVIM, José M. Manual de Direito Processual Civil . 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, v. 1 e 2.	
GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2000, v. 1, 2 e 3.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de conhecimento . Rio de Janeiro: Forense, v. 1 e 2.	
WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, v. 1 e 2.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Empresarial I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Demonstrar aos alunos a importância do Direito Empresarial no mundo jurídico, sua aplicação prática, no contexto social atual, relacionando-o com os demais ramos do direito.• Incentivar o aluno à pesquisa e postura científica, despertando o interesse no estudo, indagação, aperfeiçoamento e aprofundamento teórico do estudo do Direito Empresarial.• Dar oportunidade ao aluno em manusear documentos e elaborar contratos, bem como preencher títulos de créditos diversos, capacitando-o para a aplicação prática de tais conhecimentos no exercício da profissão de advogado, juiz ou promotor público.• Dar ao aluno a oportunidade de conhecer e discutir o procedimento falimentar, desenvolvendo seu conhecimento de forma crítica de modo que ao final do curso esteja preparado e seguro para atuar em questões de direito concursal.	
Ementa:	
<p>O Direito Empresarial visa dar aos acadêmicos conhecimentos sobre suas noções fundamentais, suas fontes e evolução histórica. Demonstrar como se desenvolve a Teoria das empresas e sua relação com o Novo Código Civil. Visa ainda levar ao conhecimento de como funciona o exercício da empresa, demonstrando como implantar um nome e sua escrituração e, a forma de seu registro no Sistema Nacional. As várias sociedades empresariais existentes e sua dissolução é matéria relevante para o entendimento e funcionamento das mesmas, bem como a sua forma de dissolução, devendo conhecer, ainda, quais são as pessoas importantes para a sua organização e desenvolvimento.</p>	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 15ª ed.; São Paulo : Saraiva, 2.004;

_____. **Curso de direito comercial** – De acordo com o novo C. Civil e alterações da MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial**. Atlas, 2006.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC, n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Administrativo	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Identificar o conteúdo principiológico do Direito Administrativo.• Compreender as características do regime jurídico administrativo no tocante aos sujeitos da administração, aos atos e procedimentos e objeto da relação.	
Ementa:	
Princípios do Direito Administrativo. Atos Administrativos. Sujeitos da Administração. Processo Administrativo. Licitação e Contratos Administrativos. Serviço Público. Poder de Polícia. Desapropriação. Bens Públicos. Controle da Administração. Responsabilidade Patrimonial do Estado.	
Bibliografia Básica	
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Malheiros, 2007.	
MEYRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2005.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Civil III (Dos Contratos)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Reconhecer a importância do direito contratual dentro do ordenamento jurídico, bem como seu alcance como forma de regulamentar a circulação de riquezas e a prestação de serviços.▪ Identificar noções gerais do direito contratual.▪ Apresentar senso crítico no que tange ao plano estrutural e funcional do direito dos contratos.▪ Desenvolver constante pesquisa (doutrinária e jurisprudencial) para consolidação do aprendizado.	
Ementa:	
Definição de contrato. Requisitos do Contrato. Princípios do direito contratual. Teoria geral dos contratos: formação; classificação; extinção; interpretação; efeitos – garantia legal. Das várias espécies de contrato.	
Bibliografia Básica	
GOMES, Orlando. Contratos . 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Contratos e Atos Unilaterais . São Paulo, ed. Saraiva, 2004, v. III.	
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Fontes das obrigações: contratos, Declaração Unilateral de Vontade e responsabilidade civil . V.3. Rio de Janeiro: Forense, 2002.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Penal II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Aplicar os conhecimentos da parte geral nos crimes em espécie.• Analisar e interpretar os crimes conforme sua descrição típica, levando em consideração o bem jurídico protegido.• Reconhecer e apreciar as teorias penais em discussão na atualidade, com o propósito de poder discernir as razões da criminalização, da abolição de crime, do abrandamento ou do agravamento de penas e ou regimes de cumprimento de tais penas.	
Ementa:	
Dos crimes em espécie: Introdução dogmática, pontos de estudo de cada um dos crimes. Dos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes hediondos. Lei 9.099/95. Código de Trânsito Brasileiro. Lei de Tóxico.	
Bibliografia Básica	
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. Parte especial. Vol. 2 São Paulo: Saraiva, 2007.	
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal - parte especial. V. 2 e 3. São Paulo: Saraiva.	
PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro - parte especial. V. 2 e 3. São Paulo: Revista dos Tribunais.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Processual do Trabalho	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer e analisar a organização da Justiça do Trabalho.• Identificar a evolução do Direito Processual do Trabalho.• Compreender a competência da Justiça do Trabalho e sua ampliação frente as recentes inovações do Direito (Emenda Constitucional n.º. 45/2004).• Conhecer o funcionamento e as peculiaridades do Direito Processual do Trabalho.• Discriminar as diferentes características do Direito Processual do Trabalho.	
Ementa:	
Organização da Justiça do Trabalho: composição, funcionamento e competência. Processo do Trabalho: fases e procedimentos. Recursos. Fase de liquidação e execução.	
Bibliografia Básica	
CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2008.	
LEITE, Carlos Henrique Bezzera. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: LTr, 2005.	
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Atlas. 2006.	
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	

4.ª SÉRIE

Disciplina: Direito Processual Penal I	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Conceituação e conhecimento do Direito Processual Penal e de seus principais institutos.• Compreensão do sentido e da importância do Processo penal no contexto do estado de direito, assim como de seus princípios fundamentais e institutos.• Estudo e análise crítica e reflexiva dos princípios norteadores do Direito Processual Penal.• Busca de uma visão histórica do processo.• Conhecimento do Processo Penal brasileiro.• Familiarização do acadêmico com a legislação, doutrina e jurisprudência no campo do Processo Penal.	
Ementa:	
Direito Processual Penal I: Generalidades. Inquérito policial. Ação penal, ação civil. Jurisdição e Competência. Prisão, liberdade, fiança. Protagonistas da ação penal. Questões e processos incidentes. A prova. O tempo e a forma dos atos processuais.	
Bibliografia Básica	
FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Manual de Processo Penal . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.	
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal . 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Processual Civil III	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Manter e desenvolver a mente do aluno voltada para a importância do Direito Processual Civil, em todas as áreas de atuação do profissional do direito, com a análise do caso controvertido de interesse maior, em consonância com o entendimento da doutrina e da jurisprudência, buscando incentivar o raciocínio.• Incentivar a pesquisa e aprimoramento do estudo com o raciocínio lógico em face dos diversos institutos de direito processual civil, através da colocação de casos controvertidos a serem pesquisados fora e dentro da sala de aula, para posterior discussão, com a participação máxima dos alunos, preparando-os adequadamente para vida profissional.	
Ementa:	
Dos Processos nos Tribunais: uniformização da jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. Homologação de sentença estrangeira. Liquidação de Sentença. Cumprimento da sentença. Processo de Execução. As diversas espécies de execução. Embargos do devedor. Execução contra devedor insolvente. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Processo Cautelar: introdução ao estudo do processo de tutela cautelar.	
Bibliografia Básica	
FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil . 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. ALVIM, Eduardo Pellegrine de Arruda. Aspectos polêmicos e atuais dos recursos . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. ARRUDA ALVIM, José M. Manual de Direito Processual Civil , 5.ª ed., São Paulo: Ed. RT, 1996.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Penal III	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<p>Complementar o conhecimento Direito-penal dos acadêmicos, orientando-os na análise dos delitos tipificados na Parte Especial do Código Penal e nas Leis de Tóxicos (Leis 6.368/76, 10.409/02 e 11.343/06), onde, a partir do conteúdo já ministrado na disciplina de Direito Penal I, retornando-se aos aspectos conceituais do mesmo, faz-se a verificação de sua aplicabilidade nos limites dos tipos penais estudados. Busca-se, assim, conduzir o corpo discente à compreensão das perspectivas legislativas, bem como à aplicação das normas aos casos concretos.</p>	
Ementa:	
<p>Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Tóxicos.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. V. 02 e 03</p> <p>PRADO, Luiz Regis. Comentarios ao codigo penal : doutrina, jurisprudencia selecionada, conexoes logicas com os varios ramos do direito. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2007</p> <p>CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal : parte especial : dos crimes contra os costumes a dos crimes contra a administracao publica (arts. 213 a 359-H). Sao Paulo: Saraiva, 2005</p>	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Civil IV (Das Coisas)	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Levar ao conhecimento do acadêmico o posicionamento do ordenamento jurídico nacional perante o Direito das Coisas, face à evolução desse ramo do direito.• Estimular no acadêmico o desenvolvimento de atividades de pesquisa, de modo a proporcionar-lhe conhecimentos jurídicos necessários à formação e prática profissional.• Induzir no acadêmico o entendimento sobre a necessidade de se adquirir uma postura crítica, a fim de criar habilidades jurídicas para o desempenho da atividade profissional.	
Ementa:	
Introdução ao Direito das Coisas. Posse Propriedade. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Condomínio. Restrições ao direito de propriedade. Aquisição e perda da propriedade literária, científica e artística. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Promitente Comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese.	
Bibliografia Básica	
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas . São Paulo, ed. Saraiva, 2.007, 22ª edição, v. 4.	
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais . São Paulo, ed. Atlas, 2.001, v. IV.	
BESSONE, Darcy. Direitos Reais . São Paulo, ed. Saraiva, 1.996.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Empresarial II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Comercial/Empresarial no mundo jurídico, sua aplicação prática, no contexto social atual, relacionando-o com os demais ramos do direito;• Desenvolver pesquisa e postura científica, para aperfeiçoamento e aprofundamento teórico do estudo do Direito Comercial;• Manusear documentos e elaborar contratos, bem como preencher títulos de créditos diversos, para a aplicação prática de tais conhecimentos no exercício da profissão de advogado, juiz ou promotor público;• Conhecer e discutir o procedimento falimentar, desenvolvendo conhecimento de forma crítica para atuar em questões de direito concursal.	
Ementa:	
O Direito Comercial, com ênfase em títulos de crédito e contratos comerciais.	
Bibliografia Básica	
BULGARELLI, Waldirio. Direito comercial . São Paulo: Atlas, 1999.	
DORIA, Dylson. Curso de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 1998.	
REQUIAO, Rubens. Curso de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 1998.	
COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 1999.	

Disciplina: Direito Civil V (Família e Sucessões)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Fornecer ao acadêmico base teórica para completa compreensão do direito de família, em especial os aspectos que envolvem o casamento, a dissolução da sociedade, anulação e nulidade do casamento e a união estável e, ainda, a questão envolvendo a guarda de filhos.• Fornecer ao acadêmico base teórica para a completa compreensão do direito das sucessões em seus aspectos gerais e também as especificidades da sucessão legítima e testamentária, abordando as polêmicas que envolvem os artigos 1.829 e 1.790 do Novo Código Civil.• Despertar no aluno a importância do direito das sucessões como estímulo para o acúmulo de riquezas e como uma forma do indivíduo garantir a manutenção de seus dependentes, assim como alertá-los também para as críticas existentes sobre o instituto, especialmente de ordem filosófica, jurídica e econômica, sob o fundamento de propiciar o ócio e contrariar o direito natural. Por fim, a par de completo estudo do direito positivo, encontrar as soluções para tal conflito.	
Ementa:	
Introdução ao Direito de Família. Casamento. Impedimentos matrimoniais. Invalidez do casamento. Efeitos do casamento. Dissolução do casamento. Relações de Parentesco. Filiação, Adoção e Poder Familiar. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. Bem de família. União Estável. Tutela. Curatela. Ausência. Da Sucessão em geral – Princípios gerais, abertura, aquisição, aceitação e renúncia, capacidade sucessória, herança jacente; Sucessões legítima – Ordem de vocação hereditária, direito de representação, sucessão de descendentes, ascendentes, cônjuges, colaterais e do Estado. Sucessão testamentária – natureza e evolução, conceito, capacidade par testar, formas de testamento, disposições testamentárias e sua interpretação, legados, substituições, execução e inexecução do testamento. Liquidação da herança – Inventário e arrolamento, andamento processual, partilha dos bens.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Direito das Sucessões**. São Paulo : Saraiva, 2007.

RODRIGUES, Silvio Rodrigues. **Direito das Sucessões**. São Paulo : Saraiva, 2007.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Direito das Sucessões**. São Paulo : Saraiva, 2007.

VENOSA, Silvio. **Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro : Forense, 2007.

Disciplina: Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Assimilar corretamente a forma das petições;• Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas iniciais, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais;• Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;• Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;• Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.	
Ementa:	
Organização Judiciária. Relação Advogado/Cliente. Substituição processual. Processo e procedimentos (ordinário, sumário e especiais). Resposta do réu. Provas. Audiência de conciliação, instrução e julgamento. Sentença. Embargos de Declaração. Recurso de Agravo. Recurso de Apelação. Embargos Infringentes. Recurso Especial.	
Bibliografia Básica	
ALVIM. Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, vols. 1 e 2. ASSIS, Araken. Manual do Processo de Execução. São Paulo: RT, 1995. CÓDIGO CIVIL. CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.	

Disciplina: Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo do Trabalho	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Demonstrar formação preponderantemente prática;• Apresentar transmissão e participação de conhecimentos jurídicos reais para a vida e o trabalho, vinculados à sua área de formação, bem como a análise crítica dos mesmos;• Conhecer a prática do processo trabalhista, bem como os órgãos jurisdicionais que compõem o Poder Judiciário Trabalhista, com suas respectivas atribuições e competências;• Identificar as mais diversas situações jurídicas, dirimindo-as através de peças costumeiramente utilizadas no foro trabalhista.	
Ementa:	
Processo Individual Trabalhista: Fase de conhecimento. Relação do Advogado com Cliente. Reclamação. Contestação. Provas. Alegações Finais. Sentença. Recursos. Fase de Execução. Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave de Empregado Estável.	
Bibliografia Básica	
A PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO – Manoel Antonio Teixeira Filho. Editora LTR.	
AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO – Manoel Antonio Teixeira Filho – Editora LTR.	
C.L.T. UNIVERSITÁRIA - Pedro Paulo Teixeira Manus - Editora Atlas.	
CÁLCULOS NO PROCESSO TRABALHISTA – Juarez Varallo Pont. – Editora Juruá.	
COMENTÁRIOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – Valentin Carrion – Editora Saraiva.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver atividades jurídicas preponderantemente práticas, em situações e processos reais;• Reconhecer a importância da relação teoria-prática para a boa atuação profissional.	
Ementa:	
Atividades profissionais reais, mediante o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos reais junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da universidade ou junto a escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto à UNIPAR, para receber estágio real externo.	
Bibliografia Básica	
PALAIA, Nelson. Técnica da Petição inicial. Saraiva. 2007.	
NEGRÃO, Theotônio. Código Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. Saraiva, 2008.	
MONTENEGRO, Cesar. Prática Forense dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária. Saraiva, 2004.	

5.ª SÉRIE

Disciplina: Direito Processual Penal II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Propiciar a compreensão dos diversos institutos de Processo Penal, sob uma visão garantista do Direito.• Fomentar um espírito crítico, objetivando uma interpretação jurídica frente à realidade social.• Ensinar o acadêmico a manusear o Código de Processo Penal e interpretar as normas processuais vigentes e seus fundamentos à luz dos princípios constitucionais.• Ensinar os fundamentos e conteúdo de normais processuais constantes de leis especiais penais, tais como: Lei de Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes; Lei do Juizado Especial Criminal; Lei de Execuções Penais.• Traçar métodos e esquemas, considerando o conteúdo da matéria, objetivando ensinar o acadêmico a atuar no Juízo Criminal, como juiz, promotor de justiça, defensor público ou advogado.• Mostrar a importância dos atos praticados no seio do processo e execução penal, sua base legal, forma, conteúdo e conseqüências.	
Ementa:	
Ementa: Processo Penal. Execução Penal. Leis Especiais. Procedimentos. Nulidades Processuais. Sentença Penal. Recursos.	
Bibliografia Básica	
CAPEZ, Fernando. Curso de Processual Penal. São Paulo: Saraiva.	
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal . São Paulo: Saraiva.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Processual Civil IV	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<p>Manter e desenvolver a mente do aluno voltada para a importância do Direito Processual Civil, em todas as áreas de atuação do profissional do direito, com a análise do caso controvertido de interesse maior, em consonância com o entendimento da doutrina e da jurisprudência, buscando incentivar o raciocínio.</p> <p>Incentivar a pesquisa e aprimoramento do estudo com o raciocínio lógico em face dos diversos institutos de direito processual civil, através da colocação de casos controvertidos a serem pesquisados fora e dentro da sala de aula, para posterior discussão, com a participação máxima dos alunos, preparando-os adequadamente para vida profissional.</p>	
Ementa:	
Processos Especiais de Jurisdição Contenciosa, Processos Especiais de Jurisdição Voluntária, Procedimentos Especiais da Legislação Extravagante.	
Bibliografia Básica	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais . 10ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2004.	
FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil . 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.	

Disciplina: Direito das Relações Internacionais	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender e a importância do Direito Internacional no contexto mundial atual.• Analisar de forma crítica e aprofundada os novos contornos da área do Direito Internacional, a partir das transformações sócio-culturais contemporâneas.• Reconhecer a presença do Direito Internacional no dia a dia dos cidadãos e, por conseguinte, nas relações jurídicas.	
Ementa:	
O Direito Internacional como norteador das relações internacionais como atividade regulamentadora do comportamento dos Estados e demais agentes de integração global e, em especial, das organizações internacionais de integração político-econômicos, tais como o Mercosul, bem como os mecanismos de solução de controvérsias no Direito Brasileiro em seus vários ramos.	
Bibliografia Básica	
MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional público . 12. ed., Vol. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.	
RESEK, José Francisco. Direito Internacional Público . Curso Elementar. 9 ed. São Paulo: Saraiva. 2002.	
STRENGER, Irineu. Direito Internacional privado . 3. Ed. São Paulo: LTr, 1996.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Tributário	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Financeiro e Tributário em seus aspectos jurídico, sócio-econômico e político.• Conhecer os conceitos, a natureza jurídica, as características, os princípios, etc..., dos diversos institutos do Direito Tributário, analisando seu enfoque prático.	
Ementa:	
Desenvolvimento da atividade financeira do Estado, abrangendo o direito financeiro, com ênfase nos tributos, seu pagamento, cobrança e extinção.	
Bibliografia Básica	
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário . São Paulo: Saraiva, 1993.	
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário . São Paulo: Saraiva, 1997.	
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . São Paulo: Malheiros, 1997.	
AMARO, Luciano. Direito Tributário . São Paulo: Saraiva, 1996.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direitos Difusos e Coletivos	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os institutos ligados aos interesses difusos e coletivos.• Reconhecer a organização de grupos sociais como instrumento sociológico-jurídico adequado para defesa dos interesses que dizem respeito à sociedade como um todo;• Realizar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, de acordo com as tendências atuais do direito no que diz respeito à coletivização do processo e à efetivação da justiça social.	
Ementa:	
A natureza dos direitos difusos e coletivos, desde sua concepção histórica, principiológica, convergindo para os aspectos diferenciadores desses direitos, bem como as diversas formas de sua manifestação e os aspectos processuais para sua satisfação.	
Bibliografia Básica	
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 1996.	
MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.	
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos . 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Direito Civil VI (Responsabilidade Civil)	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<p>Despertar no aluno a importância do instituto da responsabilidade civil no mundo atual, já que tem conseqüências em todos os ramos da atividade humana. Evidências ela tem como objetivo a restauração de um equilíbrio moral e patrimonial desfeito e a distribuição de uma justiça concreta e adequada.</p> <p>Destacar minuciosamente os contornos técnicos dos pressupostos da responsabilidade civil contratual e extracontratual em suas mais variadas formas.</p> <p>Finalmente, de forma gradativa, levá-lo a compreender que qualquer lesão causado em qualquer interesse de alguém pode ser objeto de reparação.</p>	
Ementa:	
<p>Obrigação de indenizar: conceito de responsabilidade. Espécies de responsabilidade. Ação ou omissão do agente. Responsabilidade civil e penal; Excludentes da responsabilidade. Responsabilidade extracontratual: responsabilidade de terceiro, responsabilidade por fato da coisa; responsabilidade pelo fato ou guarda de animais. Responsabilidade contratual: responsabilidade decorrente dos transportes; responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários; responsabilidade decorrente de atividade profissional; Responsabilidade civil do Estado. Liquidação do dano. Indenização.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: responsabilidade civil. São Paulo, Editora Saraiva, vol.4</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil. Editora Saraiva, 21ª edição, volume 7. São Paulo, 2.007.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 7ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1996.</p>	

Disciplina: Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Penal	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Assimilar corretamente a forma das petições;• Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas denúncias e queixas-crime, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais;• Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;• Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;• Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.	
Ementa:	
Do advogado. Do processo em geral. Do inquérito policial. Da ação Penal. Das prisões e das liberdades. Da execução. Dos Processos em espécie. Dos Recursos. Das audiências.	
Bibliografia Básica	
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.	
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.	
TORINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.	

Disciplina: Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo do Civil II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Assimilar corretamente a forma das petições;• Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas iniciais, quer nas defesas, inclusive arazoados recursais;• Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;• Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;• Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.	
Ementa:	
Ação Rescisória. Execução e Embargos. Processo Cautelar. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Consignação em Pagamento. Depósito. Possessórias. Inventário e Partilha. Embargos de Terceiro e Ação Monitória. Legislação esparsa - Lei do Divórcio. Lei de Alimentos. Mandado de Segurança. Alienação Fiduciária. Lei do Inquilinato. Usucapião Especial rural e urbano.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Bibliografia Básica

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, vols. 1 e 2.

ASSIS, Araken. Manual do Processo de Execução. São Paulo: RT, 1995.

CÓDIGO CIVIL.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - Diversos Autores – Forense e RT.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paulo: RT.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/ 11/ 1993, publicada no D.O.U de 10/ 11/ 1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver atividades jurídicas preponderantemente práticas, em situações e processos reais;• Reconhecer a importância das atividades práticas para com o embasamento teórico da vida profissional.	
Ementa:	
Atividades profissionais, mediante o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos reais junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da Universidade ou junto a escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto à UNIPAR, para receber estágio real externo.	
Bibliografia Básica	
PALAIA, Nelson. Técnica da Petição inicial. Saraiva. 2007.	
NEGRÃO, Theotônio. Código Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. Saraiva, 2008.	
MONTENEGRO, Cesar. Prática Forense dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária. Saraiva, 2004.	

Local:	Data:
Cianorte	10 de dezembro de 2007

Coordenador (a) do Curso

(Assinatura e Carimbo)